

**feam**FUNDACÃO ESTADUAL  
DO MEIO AMBIENTEParecer Técnico DISAN 011/2002  
Processo COPAM 368/01/02/01**PARECER TÉCNICO DISAN 011/2002**

<b>Empreendedor:</b> Serviço Autônomo de Água e Esgoto - Governador Valadares	
<b>Endereço:</b> Rua Quintino Bocaiúva, 41	
<b>Empreendimento:</b> Estação de Tratamento de Água	<b>Classe/Porte:</b> III/Grande
<b>Localização:</b> Rio Doce	
<b>Atividade:</b> Tratamento de Água	
<b>Município:</b> Governador Valadares	
<b>AUTO DE INFRAÇÃO N.º 290/01</b>	<b>Infração:</b> Gravíssima

**HISTÓRICO**

- 09/07/01 - Enviado fax à FEAM do BO nº 402 da PMMG, relatando a mortandade de peixes ocorrida no rio Doce em 7/7/01, em decorrência do derramamento de soda cáustica no córrego Figueirinha pelo SAAE.
- 21/08/01 - Concluído Parecer Técnico DIQUAS 018/01, relativo à mortandade de peixes.
- 13/12/01 - Lavrado o Auto de Infração nº 290/2001 e encaminhado ao SAAE através do OF.PRE nº1566/2001.
- 10/01/02 - A Prefeitura protocolou defesa referente ao Auto de Infração.

**1 – INTRODUÇÃO**

Tendo em vista denúncia relativa à mortandade de peixes ocorrida no rio Doce, a PMMG realizou vistoria ao local em 7/7/01, quando foi informada pelo SAAE que, em decorrência do rompimento da válvula de um tanque contendo soda cáustica houve derramamento de cerca de 7.000 litros dessa solução, que veio a atingir o córrego Figueirinha na desembocadura com o rio Doce. Na ocasião, foram coletadas amostras de água e peixes que foram enviados para análise técnica.

Após avaliação dos resultados das análises das amostras de água e de peixes, coletadas no rio Doce, a Divisão de Qualidade da Água e do Solo - DIQUAS da FEAM, concluiu que a mortandade de peixes foi causada pelo despejo de soda cáustica nesse curso d'água.

Em vista disso, em 13/12/01, com fundamento no artigo 19, parágrafo 3º, item 7 do Decreto N.º 39.424/98, foi lavrado o Auto de Infração n.º 290/01 contra o SAAE, por "causar poluição através do vazamento de aproximadamente 7.000 litros de hidróxido de sódio que atingiu o córrego Figueirinha, a 50m do rio Doce, causando mortandade de peixes".

**2 - DISCUSSÃO**

Em 10/1/02, o SAAE - autarquia do Município de Governador Valadares - protocolou defesa ao referido Auto de Infração, onde em síntese alega:

- No dia 7/7/01 quando ocorreu o vazamento de hidróxido de sódio, o SAAE imediatamente tomou medidas para conter o produto e comunicou o ocorrido ao Corpo de Bombeiros.
- Foram constatados, imediata e subseqüentemente ao derramamento do hidróxido de sódio, a morte de alguns poucos peixes num raio máximo de 500m da foz do córrego Figueirinha com o rio Doce, e não "milhares de várias espécies" como citado no BO.
- O incidente não trouxe danos à flora, lençol freático e tão pouco se tem notícia de que houve prejuízo à saúde ou bem estar de qualquer pessoa.
- O produto derramado não é elemento de elevado grau de poluição, já que é utilizado para tratamento da própria água, e os danos decorrentes de seu derrame restringiram-se àquele momento, cessando tão logo diluído pelas águas.

Divisão de Saneamento – DISAN		Diretoria de Atividades de Infra-Estrutura - DIRAI
Autoras: Ludmila Alves Rodrigues Fabiana Alves Fiore (estagiária)	Gerente: Ludmila Alves Rodrigues	Diretor: Marco Antônio Fajardo Roldão
Assinaturas: <i>[assinatura]</i>	Assinatura: <i>[assinatura]</i>	Assinatura: <i>[assinatura]</i>
Data: 5/2/02	Data: 5/2/02	Data: 6/2/02

Ludmila Alves Rodrigues  
Divisão de Saneamento  
Gerente



- Imediatamente ao derrame, os técnicos do SAAE tomaram todas as providências necessárias para neutralizar os efeitos do produto, através da adição ininterrupta de água acidificada.
- Como medida preventiva a eventos de tal natureza, está sendo providenciado ao longo dos reservatórios, a construção de um duto de retenção e direcionamento.
- O SAAE não mediu esforços em promover a imediata recuperação dos danos causados, encomendando projeto para promover a repovoação da ictiofauna com espécimes nativas. Tal projeto está sendo submetido aos órgãos ambientais para apreciação, aprovação e posterior execução.

Considera-se que as alegações apresentadas pelo SAAE não descaracterizam a infração cometida, sendo que a poluição ambiental causada pelo derramamento de hidróxido de sódio trouxe efeitos danosos ao meio ambiente, tais como a mortandade de peixes no rio Doce.

Ressalta-se que o SAAE de Governador Valadares firmou em 17/12/01, com o Ministério Público, um Termo de Ajustamento de Conduta nos seguintes moldes:

- Reconhece que em 7/7/01 houve um acidental derramamento de hidróxido de sódio proveniente de um de seus tanques de armazenamento, atingindo o córrego Figueirinha e, conseqüentemente o rio Doce e que, apesar de terem sido tomadas providências para neutralizar seus efeitos, resultou degradação ambiental.
- Tomará medidas para evitar a ocorrência de novos acidentes desta natureza, conservando o funcionamento dos tanques onde ficam acondicionadas tais substâncias, bem como adotará medidas eficazes para a contenção de prejuízos ao ambiente na eventualidade de repetição de tais ocorrências.
- Se responsabiliza pela elaboração de projeto de recuperação ambiental, com vista à correção dos prejuízos provocados pelo derramamento.
- Encaminhará à Promotoria de Justiça resultados das análises dos efluentes tratados da unidade.
- A disposição - ainda que provisória - de resíduos industriais não inertes, perigosos ou não, que possam causar degradação ambiental, fica vetada.
- Reconhece sua culpa no acidente e a importância de atuar como parceiro dos órgãos ambientais.

### 3 – CONCLUSÃO

O SAAE, autarquia do município de Governador Valadares, autuada em 13/12/01 pelo derramamento de 7000 litros de hidróxido de sódio no rio Figueirinha, apresentou defesa em 10/1/02. Conclui-se que as alegações apresentadas não descaracterizam a infração cometida, uma vez que causou mortandade de peixes.

Como atenuante, observa-se que o SAAE adotou medidas visando à minimização dos prejuízos causados pelo derramamento do produto e vem trabalhando no sentido de recuperar os danos ocorridos.

Cabe ressaltar que em 17/12/01, firmou um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público, segundo o qual se compromete a tomar medidas que trarão melhorias à operação da unidade.

Ressalta-se ainda que o SAAE protocolou anexo à defesa do auto, uma proposta de projeto de peixamento com espécies nativas da bacia hidrográfica do rio Doce, para repovoação da ictiofauna.

Diante do exposto, submetemos este Parecer às considerações do COPAM, ouvida a Assessoria Jurídica.

Processo nº 368/2001/002/2001

Ref: Defesa relativa ao Auto de Infração nº 163/2000

Apresentado por Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE

**PARECER JURÍDICO****I) Relatório:**

1 – O Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Governador Valadares foi autuado como incurso no item 7 do §3º, do artigo 19, do Decreto nº 39.424/98, por cometido a seguinte irregularidade:

*" causou poluição através do vazamento de aproximadamente 7.000 (sete mil) litros de hidróxido de sódio (soda cáustica) que atingiu o córrego Figueirinha, a 50m do rio Doce, causando mortandade de peixes."*

2 – O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível. Consoante verificado às fls. 02, o Auto de Infração foi enviado através do ofício OF.PRE/Nº 1566/2001, tendo sido recebido em 19-12-2001, segundo o AR de fls. 34.

Nos termos do artigo 25 do Decreto nº 39.424/98, a Defesa deveria ter sido apresentada até o dia 08-01-2002, ou seja, no prazo de 20 (vinte) dias contados do recebimento do AI. Entretanto, a mesma somente foi protocolizada em 10-01-2002, portanto fora do prazo legal. Desta feita, uma vez que os prazos são fatais e peremptórios, considera-se que a Defesa é intempestiva, razão pela qual não merece ser analisada.


3 – O Parecer Técnico de fls. 72/73 informa, em síntese, que como atenuante a autuada adotou medidas visando a minimização dos prejuízos causados pelo derramamento do produto, e vem trabalhando no sentido de recuperar os danos ocorridos. E ressalta que, em 17-12-2001, firmou Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público.

**II) Conclusão:**

Isto posto, remetemos os autos à CIF/COPAM para aplicação de 01 (uma) multa, no valor de 50.001 UFIR's, cabendo redução em até 1/3 (um terço) em razão da atenuante verificada, nos termos do art. 1º, inciso III, alínea "c" (infração gravíssima, porte grande), c/c artigo 2º, § 1º, inciso I, c/c art. 3º, inciso I, alínea "a", da DN COPAM Nº 27/98.

É o parecer, s.m.j.

B.Horizonte, 16 de agosto de 2002.

  
Ana Paula Durães Rabelo  
Consultora FUNDEP  
OAB/MG 76.603